

Satélites poderão ter administradores eleitos

WILSON OLIVEIRA
Da Editoria de Cidade

O governador José Aparecido deverá assinar na próxima semana decreto alterando substancialmente a estrutura administrativa das cidades-satélites, abrindo caminho para que no futuro os administradores regionais possam ser escolhidos de acordo com a vontade popular e dando condições aos habitantes dessas cidades de intervir diretamente nas ações administrativas, conforme os anseios da maioria.

O plano de reestruturação administrativa das cidades-satélites, elaborado pela Secretaria de Governo com a participação decisiva dos administradores regionais e de todos os órgãos do complexo administrativo do DF, prevê a criação de núcleos de cada órgão da administração direta nas administrações, os quais serão reunidos num Conselho de Integração Governamental, através do qual será possível acabar com a burocracia que dificulta a solução dos problemas mais simples e desa-

credita o administrador regional, cuja figura hoje significa pouco mais que um simples representante, sem poderes, do Palácio do Buriti.

Diante da impossibilidade de ampliar a autonomia das cidades-satélites devido à extrema dependência aos recursos federais, o Governo do Distrito Federal optou por uma estrutura administrativa mais voltada para o atendimento das reais necessidades da população.

Para isso, o plano prevê a criação de um Conselho comunitário, integrado por legítimos representantes da comunidade, a quem caberá eleger as prioridades da administração, participar da elaboração e discussão das propostas orçamentárias. Apoiado nesses dois conselhos, o administrador vai adquirir o verdadeiro status que o cargo oferece e significa. Hoje o "prefeito", como é mais conhecido o administrador regional, é muito mais aquilo que representa como indivíduo do que a projeção que o cargo lhe dá, na medida em que até para mandar trocar uma tornei-

ra no banheiro da administração, tem que pedir permissão, formalizar um processo e esperar que a burocracia se encarregue do resto.

Com a regionalização das secretarias e dos órgãos envolvidos na administração do DF, os administradores regionais deixarão de ficar à margem dos acontecimentos, como ocorre hoje. Além disso, as administrações regionais vão ter recursos para atender às suas necessidades emergenciais, dispondo até mesmo de um para caixa pagamentos, o que hoje não existe. O pagamento de qualquer fatura hoje passa por todo um esquema burocrático, desgastante para o governo e para as pessoas interessadas, além de representar prejuízo para a comunidade.

Planaltina, por exemplo, recentemente deixou de ampliar seu sistema de esgoto sanitário porque descobriu-se que a Caesb não tinha o projeto: O governador José Aparecido, que já havia destinado os recursos necessários para a obra, teve que desviá-los para outro setor.

As alterações são muito mais abrangentes e atingem até mesmo a estrutura de pessoal das administrações regionais. Atualmente convivem nessas administrações servidores enquadrados em oito regimes diferentes, ou seja, há oito quadros de pessoal. O plano de reestruturação administrativa das cidades-satélites prevê a criação de um quadro único, específico para as administrações regionais, de forma que ele seja unificado a longo prazo.

Em princípio será oferecida aos servidores que hoje atuam nas administrações regionais a opção de integrarem ou não esse quadro, no qual haverá uma maior valorização em termos salariais. Numa etapa posterior, os concursos públicos destinados a preencher vagas nas administrações serão direcionados de forma a permitir que os novos servidores sejam recrutados na própria comunidade à qual vão servir, evitando que hoje é comum, ou seja, um servidor morar em Taguatinga e ser lotado no Gama.